PRAZERES PROIBIDOS: O DISCURSO VIRIL E OS AGENTES DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1960-1970)

Kelyel Fortes de Resende MELO, Universidade Federal do Piauí, Brasil, kelyelresende@gmail.com

Elizângela Barbosa CARDOSO, Universidade Federal do Piauí, Brasil, elibcardoso@yahoo.com.br

1. Introdução

Na segunda metade do século XX, em parte do mundo Ocidental e ocidentalizado, a vida venturosa se estabeleceu para as masculinidades, assim como o universo da beleza se estabeleceu para algumas mulheres, isto é, como uma forma de informar aos demais a harmonia que se possuía em relação aos capitais culturais implicados ao corpo generificado (Scott, 2017). Essa relação entre o modo de vida e as performances de gênero imprimia valores e conferiam inteligibilidade para as demais interações sociais e sexuais (Ruiz, 2005).

Os discursos conferiam coesão às instituições familiares, às relações de trabalho, ao governo do país e aos demais locais de poder, logo, a instabilidade das categorias sobre o que é possível compreender do gênero e das práticas sexuais provocaram agitações tropicais em amplos setores da sociedade, configuradas por ondas ameaçadoras de abjeção e de desejo, que por vezes, até imotivadamente, utilizavam violência sobre pessoas consideradas estranhas (Miskolci, 2013). Certamente, a não-familiaridade com o próprio aspecto sombrio da masculinidade permitia algum tipo de agressão contra pessoas subalternizadas, mas não explicava a perseguição específica da orientação sexual e das performances consideradas menos viris, como um fenômeno socio-histórico (Roudinesco, 2008).

No que se refere à sua abordagem, a pesquisa adota um viés qualitativo e crítico, articulando análise documental, história social e estudos de gênero e sexualidade. As fontes são examinadas não como registros neutros da realidade, mas como produtos de uma racionalidade autoritária, atravessados por preconceitos, estratégias de controle e dispositivos de saber-poder. Dessa forma, busca-se investigar como a Ditadura Civil-Militar brasileira agenciou uma subjetividade pretensamente ordeira, centrada em masculinidades consideradas fortes, firmes e operantes, portanto, viril e heteronormativa (Rich, 2012), investindo com violência contra os próprios órgãos de gerenciamento estatal, silenciando práticas homoeróticas e ignorando a pluralidade do desejo sexual, na tentativa de moralizar o país.

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se na busca sistemática por vocabulário controlado e termos historicamente situados, como “homossexuais”, “bichas”, “pederastas” e “entendidos”, empregados durante o período autoritário, com o objetivo de identificar registros, discursos e práticas de vigilância dirigidas às dissidências sexuais. O

procedimento foi aplicado em fontes produzidas pelos órgãos de repressão, especialmente, a revista *Defesa Nacional* para a primeira análise da formação intelectual dos militares que apoiavam o golpe de 1964, a revista *Manchete* para a investigação das relações de poder entre setores da sociedade civil, e por fim, as fontes sob a guarda do Arquivo Nacional, que se desdobram no caso de investigação do servidor Elvan. Desse modo, a observação das fontes e do vocabulário institucional permite evidenciar a forma como a linguagem oficial operou como código hierarquizante na relação de poder, ao mesmo tempo em que revela silêncios, distorções e limites inerentes às fontes.

2. A revista *Defesa Nacional*

A Ditadura Civil-Militar aumentou a capacidade do Estado em suas estruturas de poder, de intervenção no domínio sexual, na ordem pública e no controle das diversões públicas e da circulação de material artístico potencialmente imoral ou subversivo e, por excelência, na produção de masculinidades viris dóceis e adequadas. Assim, a elaboração do dispositivo sexual que emerge nas fissuras dos mecanismos do Estado ditatorial, não deixa de ser também a elaboração do sistema sexo-gênero a partir do que seria a identidade sexual e sua articulação com o discurso de uma masculinidade viril.

A permanência do poder político da classe dos militares depende do prestígio e dos códigos de virilidade atrelados às fardas dos elementos do grupo, predominantemente atravessados por noções de hierarquia e disciplina em amplas esferas.[1] Em todo caso, o caráter nobre das Forças Armadas se modificou ao longo do Império. Em 1896, a Confederação Brasileira de Tiro foi criada para tentar aproximar a classe média e alta do serviço militar. No entanto, a qualidade dos recursos humanos captados pelo recrutamento marginalizava o Exército e impedia que ele se modernizasse, fazendo com que o sorteio universal surgisse como solução para o problema. Alguns anos mais tarde, em 1908, o grupo de tiro totalizava quase catorze mil membros e conseguira aprovar a lei do sorteio, tornando obrigatória a instrução militar em colégios secundários. Posteriormente, em 1913, o grupo criou a revista *Defesa Nacional* para a divulgação de suas ideias (Carvalho, 2019).

Em 1965, a revista *Defesa Nacional*, discutia a moral das massas no decurso da guerra revolucionária saneadora, ressaltando que um dos principais objetivos da estratégia psicológica consistia em abater o espírito do adversário e fortalecer a moral das suas próprias forças. Os estudiosos das Forças Armadas, como Antônio Carlos Pacheco, informavam que a ansiedade em tempo de guerra podia atingir toda a coletividade, sobretudo quando o cansaço, a desnutrição e os sofrimentos físicos e morais ameaçavam quebrar a resistência. O desassossego insuflado pelo "inimigo" constitui parte da moderna técnica da guerra de nervos e a ansiedade das massas é consequente à ansiedade individual, que se vai propagando, pouco a pouco, a toda a coletividade. Assim, a exortação era que quando os chefes se deixam dominar pelo desânimo, a tropa toda se apercebe disso e fica desmoralizada (Pacheco e Silva, 1964). A revista *Defesa Nacional* advertia que

[1] Elizângela Barbosa CARDOSO, Universidade Federal do Piauí, Brasil, elibcardoso@yahoo.com.br

> [a] guerra subversiva ou revolucionária, que é uma das modalidades da Guerra Fria, conhecida e empregada desde a mais remota antiguidade, tem sido largamente utilizada nas suas conquistas, pelos russos, que a aperfeiçoaram e sistematizaram. Oculta, manhosa, subreptícia e clandestina, antes de ser posta em execução é estudada e planejada por técnicos experimentados e perfeitos conhecedores das condições do país em que se vai desencadear. Tem ela por objetivo implantar a indisciplina, quebrar a hierarquia, incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida, pela exploração das massas. Objetiva principalmente a desorganização e a desintegração da estrutura social do país, pelo enfraquecimento do potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente constituídas e aniquilamento das classes produtoras, visando a implantação do comunismo em todo o mundo (Pacheco e Silva, 1964, p. 43).

Assim, os estudiosos das Forças Armadas consideravam que o meio mais eficiente para dominar o pânico seria aproveitar a tendência natural do povo para se reunir nos momentos graves, para canalizar as suas energias, derivando-as para fins úteis e definidos. A mente devia estar constantemente ocupada com algum trabalho, para impedir que a imaginação deforme a realidade e agrave a situação. Por isso, a ideia de segurança acima de tudo, devia ceder lugar para o trabalho acima de tudo.

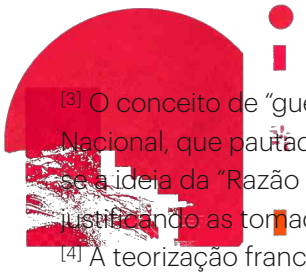
Nesse sentido, a elaboração de uma revista com objetivo intelectual e político de defesa das fronteiras nacionais diante daquilo que era considerado subversivo, moral e politicamente, demonstra também que a revista surgiu como produto da capacidade de elaboração dos códigos de masculinidades em se estabelecer em diferentes contextos e circunstâncias, e para além disso, submetendo as pessoas a um caráter de dominação tal qual um território[2]. Nessa revista foi possível perceber que o General Golbery delineou uma "Grande Estratégia" em que todas as atividades políticas, econômicas, militares e psicossociais deveriam visar a segurança nacional. Dessa forma, definiu metas para a neutralização do poder executivo, legislativo e judiciário, bem como a atuação dos partidos políticos; ocupou um dos setores privados e públicos, inseridos na lógica do desenvolvimento, criando medidas de intervenção para conter a inflação e atrair capital estrangeiro; no plano psicossocial envolvia a ideia de proteção da família, das universidades e dos meios de comunicação, onde deveriam ser vigiados em seu aparato moral; por sua vez, a estratégia militar presumia o controle total da Marinha, Exército e Aeronáutica. Em suma, a estratégia presumia a edificação de estruturas ideais para a moralização da Administração Pública e da concentração de poder nas Forças Armadas (Carvalho, 2023).

[2] Foucault trata do biopoder como uma força sobre a vida que é gerenciada sistematicamente pelas pessoas que compõe o Estado e setores da Sociedade Civil, sendo a instituição Estatal uma ficção que esconde o real exercício de poder sobre os corpos (Foucault, 1999).

Os militares brasileiros colocaram em vigor essas formulações da guerra mais ampla, permitindo a adaptação do paradigma contrarrevolucionário às especificidades das ditaduras latino-americanas, como no caso brasileiro, em que a Doutrina de Segurança Nacional se alinhava às publicações e aos projetos pedagógicos da Escola Superior de Guerra, voltados à doutrinação das Forças Armadas.[3] Nesse contexto, a noção de inimigo interno extrapolou o campo estritamente político-militar, passando a abarcar também grupos percebidos como ameaças morais e culturais à ordem, entre os quais se incluíam os homossexuais, frequentemente associados à subversão dos costumes, à degeneração social e à fragilização da masculinidade viril defendida pelo regime. Essa ampliação do conceito de inimigo evidencia como a doutrina articulou segurança, moralidade e controle dos corpos como eixos centrais do projeto autoritário.[4]

Além disso, no interior do regime autoritário, a categoria de "inimigo" foi progressivamente ampliada para além do opositor político clássico, passando a abarcar sujeitos identificados como ameaças morais e simbólicas à ordem social, entre os quais os homossexuais ocuparam posição central, fazendo com que os atos homoeróticos fossem investigados como sinônimo de desordem. A partir de uma racionalidade que articulava segurança nacional, moralidade e controle social, as dissidências sexuais foram enquadradas como sinais de degeneração, fragilidade moral e desvio comportamental, incompatíveis com o ideal de masculinidade viril, disciplinada e heteronormativa promovido pelo Estado. Nesse sentido, a vigilância dirigida aos homossexuais não se limitava à repressão de práticas individuais, mas operava como um dispositivo biopolítico, no qual o controle dos corpos e dos desejos funcionava como estratégia de preservação da ordem e da autoridade. Ao associar homossexualidade, subversão e ameaça à segurança, o regime produziu um inimigo difuso e cotidiano, legitimando práticas de policiamento moral e reforçando hierarquias de gênero e sexualidade como pilares do projeto autoritário (Mansan, 2014).

O contexto do fim da Segunda Guerra, início da Guerra Fria e início de uma "guerra mais quente, sanguinária e institucional" no Cone Sul e no Vietnã, possibilitou que o caráter nacional das Forças Armadas Latino-Americanas assumisse uma postura internacionalista de combate ao que se considerava subversivo, em que a tortura e outras violações dos Direitos Humanos eram sistematicamente utilizadas (Quadrat & Rollemberg, 2010). Esta forma de governo havia aderido a formas intervencionistas, atuando como um "bom policial global" dentro da política internacional[5]. Ademais, um dos desdobramentos da atuação do Sistema de Justiça Criminal desse período, é que seus métodos de investigação se mostravam contraditórios na busca pelos seus próprios fins, uma vez que se valia da crueldade e do sadismo para conter condutas arbitrariamente consideradas como subversivas.



[3] O conceito de "guerra total" permitia ao Estado a possibilidade de atuar com violência para garantir a Segurança Nacional, que pautada no conflito interno, promovia a caça aos subversivos. Ao lado da Segurança Nacional, soma-se a ideia da "Razão do Estado", derivada da segregação do poder eclesiástico e secular no governo das nações, justificando as tomadas de decisões da governamentalidade estatal pelos seus devidos fins (Samways, 2014).

[4] A teorização francesa também influenciou a reflexão brasileira, pois o Exército Francês elaborou uma análise do comportamento de um "inimigo ideal" por ocasião do fracasso na Indochina e a guerra na Argélia, entre as décadas de 1950 e 1960 (Chirio, 2012).

[5] A doutrina de Monroe justificava a intervenção americana contra uma ameaça existente ou qualquer possibilidade de ameaça, tal qual o equilíbrio de poder europeu. Sendo, Theodore Roosevelt o primeiro presidente americano a pregar a obrigação intervencionista, no início do século XX (Kissinger, 1999).

A consolidação da Grande Estratégia ocorreu quando foi instituído o Ato Institucional nº 1, dando poder ao executivo para cassar mandatos, suspender direitos políticos, modificar a Constituição Federal e decretar estado de sítio. Então, após dois dias do AI-1, o Congresso elegeu o general Castelo Branco para presidente. A contra-ofensiva geral da Grande Estratégia foi levada a efeito com os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que podiam investigar as atividades dos funcionários civis e militares em quaisquer circunstâncias, para dissipar os indícios de subversão. A mera acusação em Inquérito Policial Militar bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisões e torturas. Assim, a estratégia política foi efetuada pelo controle dos partidos, além da perseguição por meio da cassação. Posteriormente, com a decretação do AI-5, foi possível criar sofisticados métodos de repressão.

3. Fabulações na revista *Manchete*

Durante este período, setores da sociedade civil, leitores de revistas de ampla circulação, tinham a sua opinião direcionada para acreditar na informação repassada de que no quadro de professores da Escola Superior de Guerra estavam os melhores cientistas, sociólogos, técnicos e instrutores do saber. Afinal, a ESG possuía os "doutores" da Polícia Federal, que eram também homens de ação que sabiam como usar os músculos quando necessário, uma perspectiva que convergia com os interesses dos militares vitoriosos do golpe de Estado e articulados ao ideal de masculinidade viril para a sociedade civil. Inseridos em contexto de Doutrina de Segurança Nacional, alguns dos leitores da *Manchete* percebiam esses homens como um herói dos filmes de ação e de aventura, tal qual o espião 007. Como exemplo dessa percepção, em 1967, informavam à sociedade brasileira que os agentes federais eram treinados em Brasília, tinham boa aparência tal qual James Bond e sabiam "atirar para matar, se necessário". Eles aprendiam boas maneiras, eram obrigados a fazer curso superior e podiam enfrentar qualquer luta perigosa com os recursos do judô e do karatê (Ferreira, Lúcio, Rocha, & Stuckert, 1967, p. 23).

A construção da identidade militar dialoga com um conjunto amplo de signos de uma virilidade e de masculinidade que se articulam em um sentido positivo pela propaganda das revistas, notadamente, no aspecto da aparência, com a inteligência. Para além da perspectiva da mortificação do Self, na incorporação da disciplina, havia o brilho pela possibilidade mística de ocupar uma posição hierárquica e/ou privilegiada, que desse ingresso a possibilidades generificadas de fruição, dentro de uma perspectiva heteronormativa, como revela a intenção de algumas revistas, em consonância com as Forças Armadas em refundar identidades masculinas viris (Silva, 2002).

Dessa maneira, o flerte com a produção de super soldados partia do mundo de ficção norte-americano, em sintonia com a imagem de bom moço articulada a uma polícia secreta do Estado que foi fortemente influenciada pela produção dos filmes do James Bond, que direta e indiretamente produziam sentido a uma narrativa de conflito ideal para o florescimento da Doutrina de Segurança Nacional e a criação do próprio serviço secreto de espionagem no Brasil. O engendramento de um modo de exercício de poder por parte de civis e militares engajados com um projeto político conservador nos costumes e liberal na economia implicava na crença e na defesa de papéis de masculinidades idealizados em torno dos códigos de bravura, de coragem e de disciplina, pautados em uma narrativa maniqueísta de bem e de mal.

Assim, o subterfúgio dos agentes infiltrados em manter as aparências e estreitar vínculos com outros estudantes não era percebido como traição ética nas interações humanas, mas como um símbolo de sagacidade aos moldes dos ensinamentos da ESG e, "solidamente" firmada na representação dos heróis de filmes. O contato com os filmes de Hollywood alimentava o universo fantasiado que tinha um real sentido, na medida em que se espalhava a Doutrina de Segurança Nacional, dado o contexto mundial da Guerra Fria e da existência de espiões. Logo, viver algo parecido com o que os filmes narravam se tornou algo desejado para uma parcela de jovens, com seus hotéis caros, com massagens, jacuzzis, jogos, banhos turcos, e em fazer tudo como o James Bond também faria.

É possível supor que esse era o tipo de tratamento que se entrelaçava com a realidade fantasiada de alguns dos jovens que pretendiam participar através do alistamento e do serviço voluntário. Da mesma forma, o ator Sean Connery, que representava o personagem 007, tinha funções sociais. Em 1970, no evento acima, o ator Sean Connery que representava o James Bond nos filmes, foi convidado para cortar uma fita simbólica de melhoramento público (*Manchete*, 1970, p. 137), na Escócia.

Dessa forma, a revista *Defesa Nacional* e a revista *Manchete* evidenciam que a fantasia social e a realidade institucional do sistema de justiça criminal não se configuram como esferas dissociadas, mas como campos que, em diversas circunstâncias, se tocam, se cruzam e se fundem. As representações veiculadas por esses periódicos dialogam com códigos de masculinidade amplamente difundidos pela cultura de massa, entre os quais se destacam aqueles associados ao personagem 007, marcado pela virilidade, autocontrole emocional, racionalidade estratégica, disposição para a violência legitimada e submissão do desejo à lógica da missão. Esses atributos, embora oriundos do universo ficcional, extrapolam o plano do imaginário e passam a operar como referenciais normativos, influenciando expectativas sociais e institucionais acerca do comportamento masculino ideal.

A fantasia não apenas reflete a ordem autoritária, mas contribui ativamente para sua sustentação, ao oferecer modelos simbólicos que legitimam práticas concretas de controle, punição e normalização no interior do sistema de justiça criminal, frequentemente para além das funções sociais formalmente previstas. A figura de James Bond operava como um modelo simbólico de masculinidade viril, influenciando imaginários compartilhados por setores formados ou vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), cujas formulações se concretizavam no plano da realidade, em que buscavam apoio na sociedade civil para a difusão da ação ideológica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O personagem condensava atributos como virilidade, autocontrole emocional, racionalidade estratégica e disposição para o exercício legítimo da violência, configurando uma pedagogia informal do poder masculino associada à autoridade estatal. Essa masculinidade ficcional, longe de permanecer restrita ao campo do entretenimento, articulava-se à realidade político-institucional ao legitimar hierarquias, disciplinar corpos e naturalizar relações de dominação.

Nesse sentido, a fantasia cinematográfica contribuía para reforçar a vinculação entre segurança interna e externa e o projeto de desenvolvimento do capital, sustentando um regime autoritário no qual a masculinidade militarizada funcionava como eixo simbólico de poder e como justificativa para práticas de exceção.[6] Os espiões do Brasil pertenciam ao Sistema Nacional de Informações (SNI), que possuía controle das Agências Regionais de Serviço Nacional de Informações (AG. REG. SNI) e representava um dos órgãos centrais para o funcionamento da Ditadura. Foi fundado por Golbery do Couto e Silva, criado pela lei n. 4.341 de 13 de junho de 1964, e dava status de ministro ao seu chefe e tinha colaboradores voluntários e remunerados, espalhados pelos escritórios de todo o país. Entre as suas principais atividades estava a instalação e o controle de grampos telefônicos, a censura postal, as investigações, os contatos com a CIA e a participação na Operação "Condor" (Steinke, 2016).

O Sistema Nacional de Informações funcionou precariamente até 1968, a partir de janeiro com o governo de Garrastazu Médici, sucessor de Costa e Silva, que atribuiu maior prestígio aos órgãos de informações. No Exército havia o Centro de Informações do Exército (CIE), na Marinha, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), na Aeronáutica, o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), que agiam para fazer temer seus opositores (Fico, 2022). Nesse ponto, o Sistema Nacional de Informações chegou a ter dois mil e quinhentos funcionários e em 1971, o SNI era um dos dez serviços de inteligência mais bem equipados entre as potências nacionais, pois ainda contava com uma Escola Nacional de Informações (EsNI) que continha laboratório de línguas, academia de tiro subterrânea, emissora de TV, fábrica de aparelhos de criptografia e escuta, alcançando seis mil funcionários em 1982.

Esses órgãos foram criados a partir da experiência de países como os Estados Unidos, Israel, França e Inglaterra, para tornar os homens em espiões civis, onde cerca de cento e vinte pessoas eram formadas anualmente pela escola, sendo noventa selecionados entre funcionários públicos de ministérios do Estado (Fico, 2020). Todos os organismos da máquina estatal estavam sob coordenação última e de inteira responsabilidade das Forças Armadas do Brasil (Carvalho, 2023). Em um Estado ditatorial, os meios de obtenção de provas e de condução dos procedimentos investigativos assumiam formas múltiplas e sistemáticas, incluindo a infiltração de agentes em universidades e órgãos públicos, a intervenção direta em setores da administração, a imposição de censura aos produtos artísticos e culturais, o uso recorrente da dor como técnica de controle, bem como a eliminação de opositores políticos considerados indesejáveis, prática que produziu, inclusive, a categoria dos chamados "desaparecidos políticos".

[6] Em sua lista de formandos, temos os seguintes atores dessa ditadura: Golbery de Couto e Silva, turma de 1952; Ernesto Geisel, turma de 1953; Humberto de A. Castelo Branco e Juscelino Kubitschek, turma de 1956; Tancredo de Almeida Neves, turma de 1957; João Baptista de Oliveira Figueiredo, turma de 1960 (Frasseto, 2010).

O conhecimento acerca dessas dinâmicas repressivas tornou-se possível graças às políticas de memória institucionalizadas a partir da Comissão Nacional da Verdade, responsável pela publicização de amplo acervo documental, com relatórios, fotografias, registros audiovisuais de audiências públicas e depoimentos de vítimas civis, militares e agentes do Estado, muitos dos quais também catalogados pelo Arquivo Nacional. Iniciativas como a transformação de antigos centros de repressão em espaços de memória e resistência, a exemplo do Memorial da Resistência, permitem não apenas o acesso às fontes e à metodologia de vigilância e punição do regime, mas também a compreensão das engrenagens do poder ditatorial, evidenciando a articulação direta entre o General-Presidente e o Serviço Nacional de Informações.

A Guerra Fria possibilitou uma estabilização mundial e tornou administráveis os conflitos. Nesse contexto, a hegemonia cultural estadunidense possui uma dinâmica política que a dominação britânica não teve, pois mesmo no auge do poderio, não tentaram converter o mundo. Essa ambição parece ser característica do governo norte-americano (Hobsbawm, 2000). Em relação às Ditaduras na América Latina, a reconfiguração da Delegacia Política de Ordem Social (DOPS), que juntamente com o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Sistema Nacional de Informações (SNI), formaram um dos pilares de sustentação da ditadura no Brasil, tendo em vista que iria compor os órgãos de informações. Os aparelhos de espionagem do regime investigavam de forma contínua os "subversivos", categoria ampla que englobava não apenas aqueles vinculados a projetos de revolução social, mas também sujeitos identificados com a revolução dos costumes e com a revolução sexual impulsionada pela força da contracultura do período.

Contudo, a existência desses mecanismos de vigilância e repressão não exclui o fato de que, mesmo no interior de uma cultura viril e performaticamente heteronormativa, atravessada pela autoridade militar-masculina, emergiram microrevoluções sentimentais, assim como táticas de desejo e de sobrevivência que reconfiguravam os sentidos atribuídos à própria noção de "revolução". Essas experiências, muitas vezes sutis e fragmentárias, tensionavam os modelos normativos de poder e masculinidade, sem necessariamente se constituírem como oposição frontal ao regime.

Do mesmo modo, seria analiticamente reducionista compreender o uso da força e da violência como práticas restritas ao âmbito militar, uma vez que sua sustentação contou com a participação ativa de amplos setores da sociedade, atravessando diferentes faixas etárias, classes sociais e gêneros. A dinâmica de poder evidencia que o exercício da violência e o gozo de punir foram socialmente compartilhados e, em determinados contextos, inclusive apropriados por segmentos da própria contracultura, revelando a complexidade das relações entre repressão, desejo e poder no período autoritário.

4. Arquivo confidencial e práticas dissidentes

Em 1967, o bacharel Elvan do Nascimento Loureiro foi aprovado em teste seletivo para o preenchimento do cargo de comissário de polícia do Distrito Federal. Posteriormente, dentro dos órgãos da polícia, demonstrou envolvimento considerado questionável com Haroldo Paes da Silva, integrante de uma quadrilha que praticou furto de diversas armas e objetos diversos. O deslinde da investigação afirmava que o "marginal" fora preso em Brasília e solto por intermédio do acusado, Dr. Elvan, que o levou para morar em seu apartamento, tornando-se amante do mesmo, proporcionando-lhe viagens para Recife e para a Bahia,

juntamente com outro amante, conhecido pela polícia por “Tim”, que também era acusado em diversos processos. Em 1969, o bacharel, enquanto comissário de Polícia, foi investigado por ocultar criminosos, para mantê-los em liberdade e, com eles, satisfazer seus desejos “homossexuais passivos”, tendo sido coletadas provas consideradas concludentes sobre o procedimento irregular e, por lhe faltar um dos requisitos necessários ao estágio probatório, a saber: a idoneidade moral para o exercício da função policial, restou-lhe a exoneração do cargo.

Na investigação foram ouvidas quatro testemunhas que acompanhavam a rotina do acusado. A primeira testemunha, o sr. Evaldo Gomes de Oliveira, investigador de Polícia, relatou que o referido doutor levou Haroldo e Tim para Recife, a fim de que os mesmos não fossem presos e falassem a verdade. Por esse motivo, alugou um quarto em uma casa na Praça do Carmo, em Olinda, com o intuito de hospedar a ambos. Supostamente, não pagou a hospedagem dos rapazes e era do conhecimento de seus familiares que Haroldo vivia “amigado” com o Dr. Elvan em um apartamento, cujo edifício era habitado por noventa por cento por mulheres “mundanas” e “pederastas”. Acrescenta, ainda, que levava os referidos rapazes para viajarem para o Rio de Janeiro, conseguindo pagar as passagens e demais custos. Posteriormente, os envolvidos teriam vindo de Brasília escondidos em um ônibus, enviado pelo Dr. Elvan, para que não fossem descobertos e presos pela Polícia de Brasília. O declarante afirmou que, por muitas vezes, assistiu Haroldo agarrar-se com Elvan e que se beijavam sem nenhum “recalque”.

A segunda testemunha, o delegado titular da 13ª delegacia, relatou que era chefe imediato do Dr. Elvan e que corria um boato naquela dependência policial, de que o aludido servidor era “pederasta”. Afirmou inclusive que “estava cantando pederasticamente o Guarda de Vigilância...” os quais foram encontrados em atitude estranha, altas horas da madrugada em seu Gabinete. Então foi constrangido a pedir remoção do dito Comissário, já que o mesmo não teria condições de continuar no exercício em um ambiente que não mais poderia impor-se moralmente.

A terceira testemunha foi Sebastião Schimdt, escrivão que teria presenciado quando Dr. Elvan chamou Haroldo de “moleque” e este retribuiu a injúria, chamando-o de “puto”. O escrivão argumentou que era público e notório que este gostava de se satisfazer com “inversão sexual com marginais”, sendo que Haroldo era egresso de presídio e o investigado, Elvan, era seu advogado antes de ser comissário de polícia. Além disso, afirmou que Haroldo não fazia segredos de enunciar que era o “macho do Dr. Elvan”, apesar de também o ser de Jorge Fontoura Macedo, Carlos Henrique Diniz e Geraldo Ribeiro de Farias, e do motorista do IML.

A quarta testemunha, o comissário João Goyanazes de Lima, relatou que ficou “arrepiado” com o tratamento concedido ao “delinquente” Haroldo, e que sempre presenciou o mesmo na delegacia, inclusive com cenas de ciúmes. De modo que os detalhes promoviam a surpresa, o arrepio e o susto, que foram características emocionais e fisiológicas que envolveram os relatos sobre a intensa interação sexual e, aparentemente, a não monogamia do Comissário Elvan e do condenado Haroldo, que viviam entre brigas e amores públicos, realizando viagens e fantasias eróticas sem o pudor exigido socialmente para esconder o afeto das testemunhas.

Segundo os órgãos de espionagem do Brasil, surpreendentemente, mesmo exonerado, o Dr. Elvan continuou prestando serviços a ladrões, como Defensor Público do Distrito Federal, ocultando ainda, em seu escritório, produtos de furtos, a fim de dificultar a ação da polícia em Recife. Alugou apartamento em prédio de má fama para Haroldo e outro amigo, foragidos da Polícia de Brasília, sendo visto muitas vezes aos beijos e abraços com o "delinquente" Haroldo, protagonista de cenas de amor, ódio e histerismo em espaços públicos e em dependências jurídicas, testemunhadas por várias pessoas.

Em 11 de julho de 1973, o Ministro da Justiça representou ao General-Presidente propondo a aposentadoria do cargo de Defensor Público do Distrito Federal com base no Ato Institucional n. º 5, de 13 de dezembro de 1968. As fontes não informam o desfecho do Dr. Elvan, Haroldo, Tim e demais envolvidos nesse enlace afetivo, mas indicam que em suas trajetórias de vida, o papel de "marginal" e "delinquente" possui interações diversas, por baixo das interações oficiais, com o papel do "advogado", do "comissário de polícia" e do "defensor público"

A interação sexual entre a figura da polícia e o personagem do ladrão extrapola a relação formal esperada pela sociedade e também informa que essas masculinidades interagem na dinâmica homoerótica fortalecendo fantasias e demandas sexuais de ambos os lados, o policial e o fora da lei. Dessa forma, embora o Brasil não possuísse um mercado sexual especializado no fetiche por fardas e/ou jornal homoerótico repleto de fantasias homoeróticas e com fetiches diversos, como o couro e o das fardas, no caso do Norte Global, ainda assim é possível vislumbrar que essas interações homoeróticas existiam e se valiam dos elementos presentes na polícia, no Sistema de Justiça Criminal e no trabalho formal na máquina estatal.

Outro ponto a ser ressaltado é que a interação homoerótica entre a "polícia" e o "ladrão" coloca em questão os usos dos espaços sociais quando ninguém ou poucas pessoas estão observando, pois demonstra como algumas interações sexuais ocorriam de forma clandestina. Uma vez que, por serem tratadas como desvio moral, os envolvidos podiam, eventualmente, desenvolver maior sentimento de cumplicidade, mesmo em detrimento do sistema de Justiça Criminal[7].

Essa investigação se tornou possível porque, após o Golpe Civil-Militar de 1964, a estruturação do Estado com o Sistema Nacional de Informações (SNI) permitiu a identificação de antagonistas ao regime com certa facilidade, dada a "Operação Limpeza". O SNI era o órgão que elaborava a investigação preliminar a respeito dos elementos considerados subversivos políticos e morais, com um estudo pormenorizado de sua conduta que era remetido ao Ministro da Justiça para tomar conhecimento desses relatórios. Por sua vez, o Ministro da Justiça encaminhava o requerimento com pedido de cassação ou suspensão dos direitos políticos e outras providências. A decisão era deliberada em reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) com a presença daqueles que faziam parte da nova governabilidade de poder e soberania brasileira, ou seja, de praxe com a presença do General-Presidente, além dos demais cargos de poder vinculados à Administração Militar (Carvalho, 2023).

[7] No "Siará", ainda no período de colonização, muitas interações homoeróticas e sexuais ocorriam na casa do governador (Viana Júnior, 2020).

A perseguição ao comportamento homoerótico, classificado nas fontes como conduta inadequada, denominada como "homossexualidade passiva" pelos Atos Institucionais e "pederastia" pelo CPM, entre outros subterfúgios. Em contrapartida, o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), tentou promover uma popularização do termo "homossexual" e "gay" como uma identidade sexual que atravessa as relações sociais (França, 2006). Antes disso, entre 1960 e meados de 1970, as interações homoeróticas eram diluídas em pactos entendidos e subentendidos da linguagem (Guimarães, 2004). Esta situação não significa que após a popularização do termo, a sexualidade tenha se domesticado e se encaixado perfeitamente na categoria. Longe disso, a construção da identidade sexual não compreende a completude das dimensões humanas, mas serviu como uma política para a formulação do termo para formar demandas frente ao Estado e para promover nova ressignificação em torno de si mesmo, longe dos discursos de desordem.

A investigação, a censura e a punição desses atos homoeróticos eram efetivadas em diferentes instâncias do poder ditatorial: entre os menos privilegiados socialmente, pela contravenção de vadiagem[8], entre os funcionários públicos, sob o pretexto da ideia de imoralidade e perda do decoro, entre membros das Forças Armadas, pelo crime de libertinagem e/ou pederastia. Em produtos culturais e artísticos, como obras literárias, letras de músicas, roteiro de peças teatrais e demais atos, eram justificadas com a lei de imprensa e a instauração da censura prévia, como nos casos de prisão para "averiguação" e posterior tortura.

Nesta atuação sobre os indivíduos considerados subversivos morais, os procedimentos demonstravam maior discricionariedade por parte dos agentes do Estado, justamente ao desenvolver os detalhes considerados "sórdidos" dos motivos da punição dos envolvidos, como maneira de demonstrar a funcionalidade dos rituais, como o suplício, até o momento da sentença final. No caso do bacharel Elvan do Nascimento Loureiro, chama atenção o fato de a descrição pormenorizada por seus colegas de trabalho estabelecer uma conexão do investigado como "homossexual passivo" e "pederasta", evidenciando que o ambiente policial era atravessado pela força do discurso médico e religioso sobre as virilidades, a ponto de ele ser denunciado pelos demais do grupo, movidos pelo desejo da sua exclusão.

Nesse ponto, Foucault (1988) informa que o homossexual do século XIX se tornou um personagem, uma história, um caráter, uma forma de vida. Diferentemente do sodomita, que no discurso religioso era percebido como um reincidente, enquanto o homossexual se tornou uma subespécie, pois durante o período de intensa proliferação do saber médico e científico provocou também uma caça às sexualidades periféricas e, consequentemente, a incorporação das perversões e a nova especificação dos indivíduos (Foucault, 1988). Dessa forma, a dinâmica de poder e do dispositivo da sexualidade do período ditatorial se mostrava bastante complexa, imersa em relações de delações e também de vínculos de cumplicidade em processos de aposentadoria compulsória de alguns dos funcionários públicos.

[8] No objetivo de limpar a cidade de São Paulo, destaque para Delegado Richetti o promoveu uma série de violências e atos arbitrários contra pessoas consideradas homossexuais e vadios em São Paulo, recebendo condecorações e prestígio por setores da sociedade civil e do Estado (Trevisan, 2018).

A partir das paixões ordinárias, a ira, a raiva, a paixão, a ternura e tantas emoções se diluem entre as práticas, por inúmeras razões e provocam outras inúmeras consequências. Nesse ponto, a Ditadura Civil-Militar investiu em aparatos de vigilância e de punição de práticas homoeróticas em resposta a uma reconfiguração do desejo, da arte erótica à ciência sexual, na qual o "prazer da verdade do prazer" e o "prazer de saber" se desdobram em atos do Sistema de Justiça para fazer exibir, descobrir, cativar, capturar, arrepiar, confiar secretamente e afins. Em todo caso, a forma como se engendrou o poder ditatorial mostra que a hipótese de um poder de repressão sobre o sexo se revela insuficiente dada a proliferação de discursos e constituição de dispositivos suscetíveis de prazeres, de forçar a confissão e, a partir dela, instaurar um sistema de saber legítimo e uma economia de prazeres múltiplos (Foucault, 1988).

5. Considerações finais

As investidas da Ditadura Civil-Militar variavam do sutil ao explícito, no que se refere à docilização dos corpos, uma vez que as revistas dispunham sobre um estilo de vida linear e em progresso para as grandes massas, como a *Manchete*, e também ao público militar específico, como a revista *Defesa Nacional*, evidenciando um modo de atuação quanto às investigações para aplicar a punição aos "subversivos". Por conseguinte, os mecanismos do poder autoritário se aproveitaram da compreensão de uma "identidade homossexual" como uma subversão moral e política, percebida como um acidente sistemático produzido pela maquinaria heterossexual, inventada para ser estigmatizada como um bode expiatório, antinatural e abjeta, em benefício da estabilidade das práticas de produção do natural.

Apesar da capilaridade dos mecanismos de poder do regime autoritário, as formas de resistência não se restringiram a ações extraordinárias, manifestando-se sobretudo no plano ordinário das relações sociais. Distantes do imperativo viril do "matar ou morrer", tais práticas situavam-se em um espaço ambíguo de negociação e acomodação, no qual a sobrevivência implicava conviver com as estruturas de dominação sem, contudo, se confundir integralmente com elas. Nesse entremeio, diferentes sujeitos sociais, como trabalhadores e empresários, agentes políticos do Estado, prestadores de serviços públicos, integrantes da segurança pública e privada, membros das Forças Armadas, professores universitários, médicos e jornalistas, contribuíam para a produção e a circulação de um discurso de normalidade e boa-fé, indispensável à reprodução cotidiana do regime.

Paralelamente, o tecido social era atravessado por rumores, murmúrios, difamações e calúnias que alimentavam os dispositivos de vigilância estatal, em especial aqueles operados pelo Serviço Nacional de Informações. A investigação da vida privada converteu-se em prática sistemática de produção do inimigo interno, legitimando a violência simbólica do bisbilhotar e, posteriormente, a violência material da punição. A vigilância moral, assim, operava de modo difuso e capilar, mobilizando a própria sociedade como extensão do poder repressivo e dissolvendo as fronteiras entre adesão, medo e consentimento.

Esse regime discursivo adquiria maior eficácia quando articulado à fantasia, pois possibilitava a elaboração de mitos políticos e figuras subversivas que reforçavam o fascínio pela autoridade excepcional e pela masculinidade viril. A experiência brasileira evidencia, desse modo, que a cumplicidade, a obediência e a servidão voluntária ao Estado ditatorial se entrelaçaram à crença de que apenas o homem investido dessas qualidades poderia assegurar ordem e segurança. Contudo, a narrativa do desejo interdito entre Elvan e Haroldo revela as fissuras desse regime de verdade, expondo os limites do controle estatal sobre a sexualidade e a impossibilidade de uma totalização efetiva do discurso viril que o autoritarismo pretendeu impor.

Referências

Bhabha, H. K. (2001). *O local da cultura*. UFMG.

Brasil. (1968). *Ato Institucional n.º 5,* de 13 de dezembro de 1968.

Carvalho, A. C. (2023). *Serviço Nacional de Informações: uma abordagem histórica*. Appris.

Carvalho, J. M. (2019). *Forças Armadas e política no Brasil.* Todavia.

Chirio, M. (2012). *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Zahar.

Ferreira, D., Lúcio, A., Rocha, D., & Stuckert, R. (1967). *O FBI brasileiro. Manchete*, (799), 18-23.

Fico, C. (2020). Espionagem, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In J. Ferreira & L. Delgado (Eds.), *O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização (1964-1985)*. Civilização Brasileira.

Fico, C. (2022). *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. Contexto.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: a vontade de saber* (Vol. 1). Edições Graal.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975–1976)*. Martins Fontes.

França, I. L. (2006). *Cercas e pontes: o movimento LGBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo.

Frasseto, M. V. C. (2010). *Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983)* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.

Guimarães, C. D. (2004). *O homossexual visto por entendidos*. Garamond.

Hobsbawm, E. (2000). *O novo século: entrevista a Antônio Polito.* Companhia das Letras.

Kissinger, H. (1999). *A diplomacia das grandes potências*. Francisco Alves.

Manchete. (1970). *O mundo em Manchete: uma dura missão para quem já foi 007*. Rio de Janeiro, ed. 954.

Mansan, J. V. (2014). *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964–1988)* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Miskolci, R. (2013a). *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX*. Annablume.

Miskolci, R. (2013b). *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Autêntica; UFOP.

Pacheco e Silva, A. C. (1965). *Guerra psicológica*. *Revista Segurança Nacional*, 51(600), 43. (originalmente publicado em Convivium, 1964).

Quadrat, S. V., & Rollemberg, D. (Eds.). (2010). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Civilização Brasileira.

Rich, A. (2012). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidade*, 4(5), 17-44.

Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Jorge Zahar.

Ruiz, C. M. M. B. (2005). A normalidade da violência cultural como processo de negação da alteridade. In A. Musskopf & M. J. Ströher (Eds.), *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. *Sinodal*.

Samways, D. T. (2014). *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná.

Scott, J. (2017). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2).

Silva, A. J. (2002). *"Praça velho": um estudo sobre a socialização do policial militar* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás.

Steinke, S. (2016). *A repressão política na fronteira uruguaiana – Paso de los Libres no final da década de 1970* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília.

Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*. Objetiva.

Viana Júnior, M. M. (2020). *Masculinidades no Brasil colonial*. Imprensa Universitária.

ARENAS OF PAPER AND INK: THE COMMEMORATIONS OF INDEPENDENCE IN THE PIAUÍ PRESS (1832-1889)

Marcelo de Sousa NETO, Universidade Estadual do Piauí, Brasil, marcelo@ccm.uespi.br

1. Introduction

The history of the Brazilian press has, in recent decades, found fertile ground for investigations that transcend the traditional limits of documentary analysis. What was once seen merely as an informative support has become a privileged object of historical research, capable of revealing not only the facts it intended to record but also the processes of social construction of reality, the discursive disputes, and the power strategies that marked imperial Brazil and its republican developments. Newspapers thus constitute fundamental sources for understanding historical processes, especially regarding the formation of public opinion and the construction of social representations in 19th-century Brazil.

According to Galves (2021), from the 1970s onwards, the debate about the use of newspapers and pamphlets by historians became part of the broad process of transformation of Brazilian historiography, marked by the redefinition of the concept of historical document and the revision of the theoretical and methodological bases that, until then, guided historical research practice, a moment in which periodicals in Brazil began to be treated, simultaneously, as a source and object of historical research.

Periodicals ceased to be mere repositories of information to become historical agents with their own materiality, inserted into complex networks of production, circulation, and reception of meanings. As some observe, "the press is, at once, object and subject of Brazilian history. [...] The printed materials that circulated here for 200 years not only witness, record, and convey our history but are an intrinsic part of the country's formation" (Martins & Luca, 2012, p. 1). This dual dimension, as source and object, proves particularly important for the study of the Brazilian imperial period, a time when the press played a crucial role in shaping the national public sphere and in the articulation between the different provinces of the vast Brazilian territory.

These vehicles not only reported events but also actively participated in the construction of historical narratives that would serve the political purposes of different social groups. In the specific case of the Empire's provinces, the local press assumed a particularly important function in the articulation between regional and national identities. Provincial newspapers operated as mediators between local demands and the centralizing discourses of the imperial State, frequently using the memory of Independence as a rhetorical resource to legitimize specific political positions.